Anno 15.º — Sabado, 25 de Novembro de 1922 — N.º 753

O DEMOCRATA

SEMANARIO REPUBLICANO DE AVEIRO

DIRECTOR e EDITOR
Arnaldo Ribeiro

PROPRIEDADE DA EMPREZA

COMPOSIÇÃO E IMPRESSÃO
Tip. «Progresso» a electricidade—Largo Luiz de Camões – AVEIRO.

Redacção e Administração
R. Miguel Bombarda, n.º 21
AVEIRO

PERICLITANTE

—(:=:)—

Anunciam os jornaes politicos para bréve ou uma recomposição ministerial ou a queda de todo o gabinete do sr. Antonio Maria da Silva. Dizem mesmo que essa queda é inevitavel e que a bem ou a mal terá de dar-se porque assim o exigem os interesses da nação.

Ora os interesses da nação o que exigem de ha muito é bôa administração sem o que será impossivel inaugurar vida nova que nos salve e salve a Republica do atuleiro para onde a atiraram creaturas de reputação duvidosa, gente de baixo estôfo moral, homens sem criterio nem sentimentos patrioticos. Isso sim; isso é que é necessario antes de tudo e acima de tudo.

O sr. Antonio Maria da Silva é um bom republicano, mas isso não basta. De bom republicano a bom administrador ainda vai uma grande distancia. Além disso está rodeado de alguns correligionarios que são tudo quanto existe de mais pifio na classe dos nossos estadistas. Por tudo, pois, se avisinha a sua hora de sair para que o Poder passe a outras mãos mais habeis. Sucederá assim? Era tempo de entrarmos noutro caminho, de encetar outros processos governativos de modo a proporcionar-nos dias de felicidade como os sonhados antes de 1910.

Esses continuam a ser os nossos votos.

Sempre os mesmos

Diz o *Camaleão*, para não fugir aos habitos antigos da casa—torcer a verdade—que a eleição da câmara, no nosso concelho, decorreu sem interesse por parte dos filiados no P. R. P., o que absolutamente corrobora a afirmativa de certo palermoide quando atribue á morte do pae e á ausencia do primo a pequena, mais do que isso, a insignificantissima votação da lista democratica.

Estamos a vêr que a intrugisse nestes almas do diabo vai até á decima geração.

A sindicancia ao director do Museu de Aveiro

O sr. Silverio Pereira Junior, enviou ao Juizo de Direito desta comarca copias dos depoimentos dos srs. dr. Jaime de Magalhães Lima, dr. Rodrigo Rodrigues e Manuel Joaquim Correia, a fim de serem juntas ao processo que está correndo contra Marques Gomes.

Mais enviou o sr. Silverio Junior varios documentos que servirão de base a outro processo contra o comissario de policia, Faustino de Andrade, por acusações publicas, que não provou, atingindo o conservador do Museu, José de Pinho.

O relatorio da sindicancia será entregue brevemente ao sr. ministro da Instrução.

CARTA

O nosso amigo Henrique Rato, pede-nos a publicação da seguinte:

Il.mo Sr. Domingos João dos Reis Junior, director de O Debate *—Aveiro.*

O Debate, *de 9 do corrente, diz que o* Correio da Manhã *me indicava como candidato monarquico por Agueda á Junta Geral do Districto e convida-me a dar explicações.*

O meu republicanismo de sempre, daqueles tempos em que os republicanos d'Aveiro eram faceis de contar e de conhecer, não precisa de dar explicações de qualquer erro que, a seu respeito, se pratique.

Não me propuz candidato para nenhum cargo éfectivo e por nenhuma circunscrição eleitoral, não tendo mesmo sido ouvido pelas pessoas de credo politico contrario, que porventura quiseram ter para comigo essa amabilidade.

De resto, acho ridiculo que republicanos indefectiveis e velhos, como eu, tenham de vir dar explicações ácerca do seu republicanismo a quem quer que seja.

Pela publicação destas linhas, se confessa muito grato o.

De V. S.ª
Att.º Vnr. Obgd.º

(a) **Henrique dos Santos Rato.**

DONATIVO

Ao sr. Capitão do Porto, como presidente da Comissão de Socorros a Naufragos, foi entregue a quantia de esc. 13.118$27 para ser distribuida pelas vitimas do ciclone de 16 de janeiro, importancia que produziu a subscrição com aquele fim aberta pelos empregados do Banco Ultramarino em todo o paiz.

Dr. Brito Camacho

Este ilustre homem publico, considerado um dos maiores talentos da Republica, que está exercendo as funções de Alto Comissario da Provincia de Moçambique, retirou-se agora da actividade politica, tendo, por essa razão, suspendido o jornal *A Lucta* por ele fundado.

Nos meios politicos tem-se discutido muito a atitude do honestissimo republicano.

A NOSSA QUERELA

Do estimavel confrade, *O Desforço*, que em Fafe vê a luz da publicidade ha 30 anos, reproduzimos:

Felicitamos o nosso denodado colega *O Democrata*, de Aveiro, pela resposta do seu advogado ao libelo acusatorio no processo de imprensa que é movido ao seu ilustre director Arnaldo Ribeiro. Tem passagens esmagadoras para aqueles que, enquanto ele, republicano, lutava pela Republica, vogavam comodamente na monarquia e hoje são *almas danadas* contra os republicanos. O peor é que lhes falta aquela autoridade que teem os republicanos de antes de 5 de Outubro de 1910.

Ao *Desforço*, muito e muito obrigados.

Encontra-se amanhã aberta a Farmacia Ribeiro.

Dr. Lourenço Peixinho

Uma grandiosa manifestação da cidade ao ilustre presidente do Municipio apezar de proíbida pelas autoridades

Aveiro presenceou no domingo passado um espectaculo, que, só devido á sua já lendaria prudencia e reconhecido bom senso, não resultou dele gráves incidentes com uma latitude que não podemos prevêr.

Não somos partidarios de violencias nem tão pouco de desacatos contra ninguem. Contudo a afronta feita, não a um homem, mas a toda a cidade que está com esse homem, é daquelas que exigiria um mais que salutar exemplo de desagravo, trazendo pelas orelhas á praça publica os responsaveis de toda essa indigna acção, para, julgados sumariamente, os expor, em seguida, num pelourinho, á irrisão dos transeuntes.

Contemos:

Anunciada uma homenagem pelo povo da cidade ao sr. dr. Lourenço Peixinho, para a realisação da qual foram satisfeitas todas as prescrições legaes, perante a autoridade superior do distrincto, determinados discolos do grupelho democratico, que não puderam roer o pontapé do eleitorado concelhio assente em cheio pelas alturas dos fundilhos das calças dos seus *ilustres* correligionarios inscritos na famosa lista camararia, procuraram tambem o sr. Jaime Vilares a quem expozeram os perigos para a ordem publica que adviriam caso a anunciada manifestação fosse por deante, pois seria tomada á conta de um *acinte* e duma *provocação*!

Isto alem de fundamentalmente estupido, revela o rancor e o fundo despreso que lavram no espirito de quantos compreendem e julgam os actos politicos do seu proprio partido, pela mesquinhez, pela ignorancia e pelo sectarismo cego e odioso que individualmente os anima.

A' vista do exposto, o sr. governador civil mandou chamar os promotores da manifestação, que prontamente acederam aos desejos de s. ex.ª, garantindo-lhe que tudo ficaria sem efeito no tocante ao projectado na via publica.

E assim sucedeu.

Qual, porêm, não foi o espanto e a surpreza de todos quando, por volta das 18 horas e meia, surgiu no Largo Luiz Cipriano uma força de cavalaria da Guarda Republica, que, depois de varias evoluções, ali ficou postada, como o mais desgraçado testemunho de quanto pode a miseria e a imbecilidade de quem, abusando do exercicio das suas funções, requisitou a presença desses soldados que, por certo, não estão aí para servir de comparsas nem para colaborarem com gente de tão baixo criterio.

Se essa força saíu para a rua por determinação da autoridade administrativa e policial, como se diz, quem a autorisou a isso?

Não pode ser! Não pode á frente do serviço policial desta cidade continuar quem transforma a força publica em instrumento do seu rancor, atirando com ela á face duma cidade inteira, como se os manifestantes de domingo fossem capazes de qualquer ignominia ou de qualquer infamia.

O sr. governador civil deve-nos uma satisfação. Aveiro tem direito a um desagravo formal porque a provocação que ultimamente se lhe fez é das que ferem e melindram a indole deste bom povo.

* *

Apezar de tudo, cêrca das 19 horas principiou de afluir á residencio do presidente da comissão executiva da Camara Municipal, á Rua das Barcas, grande numero de cidadãos que, pessoalmente, ali iam apresentar ao sr. dr. Lourenço Peixinho, o espontaneo aplauso á série de melhoramentos a que está submetendo a cidade.

Fômos dos primeiros a apresentar ao devotado aveirense o nosso incondicional opoio á grande obra por ele iniciada, parte dum programa que abrange as mais indispensaveis modificações a que tem direito esta previligiada terra, como complemento ás suas belezas naturaes. Só gente cega, facciosa; só sectaristas, sem outro criterio mais do que o proveniente da obtusidade do seu cerebro, não quererão vêr o que todos vêem. Por isso nós observámos desvanecidamente, saudando com efusão, com espontanea e verdadeira sinceridade o dr. Lourenço Peixinho, pela sua patriotica tarefa, que implica, alêm dum colossal trabalho, avultados prejuizos materiaes, sacrificios e canceiras de toda a naturêsa, homens de todas as categorias sociaes e de todos os crêdos politicos.

De todos eles—sem distinção—as mesmas palavras de incitamento e de esperança para que s. ex.ª concluisse a sua dificil, pesada, mas honrosa empreza.

Assim, nós perguntâmos: quaes serão as razões invocadas para justificar a pretendida guerra que se move contra o nosso ilustre conterraneo, razões que levaram a esse ridiculo e condenavel aparato belico, tendente a influir na grandeza e na imponencia da projectada manifestação que, afinal, ainda de mais brilho foi revestida?

Aos manifestantes que, por completo, enchiam a casa e quintal do homenageado, foi eferecido *champagne* e dôce fino, sendo brindado em primeiro logar pelo dr. Alberto Souto, o dono da casa. Vem ali, diz, como republicano trazer ao dr. Lourenço Peixinho o vivo aplauso e incitamento á sua grandiosa obra. Alude á enorme responsabilidade que impende sobre o presidente reeleito e afirma que só por maldade póde haver quem não se aperceba da transformação por que tem feito passar Aveiro e da pureza das suas intenções. No momento presente, porêm, toda essa obra colossal é já da cidade e a cidade não permite que, sob qualquer pretexto, s. ex.ª abandone o seu posto, tendo, por isso, de conservar-se nele para bem de todos nós.

A brilhante oração do velho republicano é entusiasticamente aplaudida e o seu protesto contra a exibição de força para tirar a concorrencia áquela festa, repetidamente sublinhada com aplausos.

Segue-se o sr. Carlos Gomes Teixeira que, protestando tambem contra a determinação da autoridade, se coloca ao lado do presidente da Camara, oferecendo-lhe o seu prestimo apezar de não ser de Aveiro.

Antonio Maximo Junior transmite cumprimentos do sr. governador civil.

Fala depois o sr. dr. Jaime Duarte Silva, que diz associar-se á manifestação, sem caracter politico, e estar ao lado do seu velho amigo, parafraseando, a proposito, uma frase de Junqueiro durante o julgamento do sr. dr. Luiz de Magalhães em que aquele interveio como testemunha de defesa.

O sr. dr. Joaquim Peixinho bebe por Alberto Souto, de quem faz um rasgado elogio, enaltecendo-lhe as qualidades e o fervor com que tambem se dedica ao engrandecimento de Aveiro, dando as suas palavras origem a uma quente manifestação áquele talentoso advogado.

O snr. dr. Antonio F. Duarte Silva, que se declara desde 1910 alheio á politica, mas amigo pessoal e admirador de toda a obra do apaixonado aveirense dr. Lourenço Peixinho, sauda-o com efusão e o mesmo faz o dr. Alberto Ruela, que justifica e engrandece os trabalhos do ilustre presidente da comissão executiva da Câmara, a quem felicita e incita a seguir para a frente em prol de Aveiro, que incondicionalmente se acha a seu lado.

Fecha, por fim, a série de discursos o sr. dr. Lourenço Peixinho, que principiou por declarar ser avesso abertamente a tudo que sejam manifestações daquele caracter. Comtudo não podia eximir-se a tão alevantadas provas de amisade e confiança que ali lhe vinham trazer e que muito do coração agradece. Passa em revista a sua acção dentro da Camara; alude á cooperação dedicada e leal dos seus colegas sem a qual nada teria feito; demonstra como tem procedido fóra da politica para que aos interesses da terra não sejam antepostas as conveniencias dos politicos e afirma que só deixará de concluir o seu programa se porventura lhe faltar a vida ou a saude.

Tem havido demoras nas conclusões de alguns trabalhos? Tem, porque embaraços surgem, ás vezes, alguns até de dificil resolução. Mas como se tudo isto não bastasse, ainda ha pouco se arrastara por diversas repartições de Lisboa determinada creatura que procurou por todos os meios conseguir que as obras da avenida fossem embargadas sob um determinado pretexto! Não resta, pois, duvida que alguem se compraz de vêr a cidade em ruinas, dificultando-lhe ou pondo embaraços á conclusão rapida dessa nova arteria de tanta utilidade para a sua querida Aveiro.

Proíbiram aos seus amigos que, reunidos, viessem trazer-lhe saudações, postando força armada nas ruas para, pela violencia, os dissuadir dessa ideia. Não compreende tal atitude de quando a propria autoridade superior do distrito lhe escreve dando o seu aplauso á manifestação e lamentando não estar na cidade para se associar a ela individualmente. Depois de fazer ainda algumas considerações o dr. Lourenço Peixinho termina por levantar um viva á Patria, outro ao concelho de Aveiro e outro á cidade de Aveiro que são calorosamente correspondidos.

No jardim da sua magnifica vivenda tocava a Banda José Estevam e em diversos pontos da cidade numerosissimos morteiros e foguetes foram queimados já que a autoridade não deixou que subissem á porta do benemerito aveirense, a quem um manifestante largou, á despedida, o seguinte sonêto:

Aceite parabens, Doutor Lourenço,
Parabens, ou sinceras saudações,
E um abraço apertado, altivo, intenso,
Por ter vencido, agora, as eleições.

Ninguem o duvidava—assim o penso—
Que haviam de ir honral-o as multidões
Nas urnas, com o voto... mais extenso,
Rebatendo mesquinhas sugestões...,

—Mas foi tão grande, e grada, a votação,
De tal modo cresceu a maioria,
Que fica, para sempre, um figurão,

—Um tipo de respeito e de valia;
E, já crédor de muita gratidão,
Subirá de virtude em cada dia.

O *Democrata*, registando com o maior prazer a imponencia da homenagem descrita a largos traços, que nem o abuso da autoridade, nem o despeito de meia duzia de imbecis, conseguiu, ao de leve, sequer, ofuscar, não só louva os iniciadores dela como acentua esse acto de inteira justiça para com um dos mais devotados e dilectos filhos de que Aveiro se orgulha—o dr. Lourenço Simões Peixinho.

Notas mundanas

Depois de aturada permanencia na Africa Oridental, onde exerceu clinica, chegou á sua casa de Eixo o nosso velho amigo e republicano de sempre, dr. Diniz Severo, a quem enviâmos cumprimentos e um afectuoso abraço de bôas vindas.

—Tem estado bastante doente o sr. dr. Pereira Zagalo, juiz da Relação de Coimbra, que já foi observado pelo distrito especialista de doenças de olhos, sr. dr. Abilio Justiça.

Estimâmos o seu restabelecimento.

—Tambem adoeceu gravemente em Ilhavo o sr. José Sacramento, ali muito estimado por o grande numero de amigos que conta.

NOMEAÇÃO

Para reger a cadeira de matematica na Escola Mousinho da Silveira, foi, por concurso, nomeado o nosso amigo e distinto colaborador sr. Humberto Beça, professor do Instituto Comercial e Industrial do Porto.

Muitos parabens.

MAL ENTENDIDO

Pedem-nos a publicação do seguinte:

A ordem da autoridade proíbindo a manifestação de domingo ultimo em honra do ilustre aveirense sr. dr. Lourenço Peixinho, presidente da camara deste concelho, e transmitida a um representante da comissão organisadora pela forma delicada por que o sr. dr. Jaime Vilares sabe desempenhar-se da sua missão, deu logar a um mal entendido que se traduziu na forma do aviso publicado pela comissão promotora e em que se dizia ter o sr. governador civil obedecido ás ameaças de alguns seus correligionarios.

A comissão rectifica os termos desse aviso: o sr. governador civil era incapaz de se submeter ás ameaças de quem quer que fosse, pois que isso representaria um desprestigio para o principio da autoridade e um desaire para o ilustre chefe do distrito improprios da independencia de caracter do sr. dr. Vilares e da dignidade de qualquer autoridade da Republica.

A Comissão faz justiça ao escrupulo e espirito de consiliação e de ordem que orientaram o sr. dr. Vilares.

N. da R.—A este proposito entendemos dever referir o que já n'este momento é publico: que a responsabilidade das taes informações transmitidas ao sr. Governador Civil, cabe apenas a dois famosos democraticos, visto os homens sensatos e prudentes, que militam nesse partido, manifestarem a maior repulsa pela misera e inqualificavel atitude havida por parte daqueles que se atreveram a

O ENCRAVADO

(Excerto dum drama inédito)

ACTO IV

A sala dum tribunal. Bancos. Janelas em volta. Ao lado, a igreja da Misericordia.

SCENA I

André, *só*

E' a ultima vez que entrarei aqui,
O' templo onde eu falei! O' templo onde eu vivi!
Venho dizer-te adeus: beijar-te longamente,
Com o saudoso olhar que a alma, docemente,
Manda do vasto mar á praia longa e vasta!
Com esse vago olhar com que de nós se afasta,
Sobre o leito de morte, um moribundo querido!
Olhar que é um carinho! Olhar que é um gemido!

(Olhando em roda)

Como este ar me anima a alma, já fria.

(Aponta uma janela)

Um dia... foi ali... eu contemplava a ria
E então, fogoso, em sonhos embalado,
Emquanto o meu olhar d'estranha luz banhado
Me envaidecia num infantil devaneio.
Como poderia ser um rei? Qual o meio?
—Perguntava a mim proprio sem nenhum receio.
Da tentação banal—a flacida serpente—
Enroscava-se em meu peito, docemente,
Segredando-me: és mais que rei, és um gigante
De talento, d'esperteza, de sciencia, nigromante.
Então disse comigo, apontando o mar ao fundo:
Que extraordinario rei e que sabio profundo!
Olhando-me observei que o meu ar gracioso,
Era mais do que o mar, fundo misterioso!

(Vagueando)

Escuto ainda a voz intima e fremente
Com que me ensaiava falar a toda a gente.
Sinto aos meus ouvidos os meus pesados passos
E no ar, olhando-me, milhões d'herculeos braços!
Pulsa-me o coração, alegre, comovido
Parecendo-me escutar da multidão o alarido!
O' feitiço cruel! O' louca fantasia
Empolga-me, seduz-me ainda e me extasia
Recordando-me esse sonho sublime, eternamente!
Faz que respire ainda aquele bafo quente
Da imponencia da côrte, de toda a minha gente.
Deixa que absorva desta sala o cálido perfume
Para que eu viva ardendo neste lume,
Nesta ansia de grandeza, d'orgulho, de tal sorte
Que ao sentir-lhe o prazer, sinta invadir-me a morte!

(Á igreja da Misericordia)

Ali rezei tambem. Quantas vezes, assustadissimo,
Me entregava de pés e mãos ao *Santissimo!...*—
Subtil emanação, desconhecido ar!
O' coisas sem expressão, como sabeis falar!

(Senta-se aniquilado)

Que sonho veloz foi! Hoje tudo perdido:
Fóros, Câmara, governo, trono, esvaecido,
Tudo que engrandece a vida e nos faz subir!
Que fiz a Deus p'ra Deus assim me perseguir?!

---

abusar da boa fé do sr. Vilares, afrontando uma cidade inteira e pondo em cheque esse seu categorisado correligionario.

Carta aberta

AO EX.[mo] **SR. MINISTRO DA JUSTIÇA**

Dirijo-me a V. Ex.ª como chefe superior da Magistratura Portugueza, não para implorar protecção, mendigar uma esmola, mas unicamente para pedir justiça e obediencia dos magistrados ás leis em vigor no nosso paiz.

Ex.[mo] Sr.: Estou processado na comarca d'Oliveira d'Azemeis pelo crime de ter maltratado por palavras e por obras o ex-administrador deste concelho, sr. Augusto da Cunha Leitão, quando este procedia, como encarregado do sr. Comissario Geral dos Abastecimentos, Peres Trancoso, a uma sindicancia aos actos da direcção da *Cooperativa d'Oliveira d'Azemeis* com séde nesta vila, eu depunha como testemunha primeira, visto ter sido quem participou ao sr. Comissario as irregularidades que a direcção havia praticado na cooperativa com manifesto prejuizo moral e material para esta sociedade.

A minha participação ao sr. Comissario referia-se aos actos praticados pela direcção da Cooperativa e nesse sentido ordenou o sr. Comissario ao sr. Administrador deste concelho que procedesse á sindicancia ouvindo as acusações á direcção e reduzindo-as a auto. Em fins de janeiro ou principios de fevereiro de 1921 fui intimado a comparecer na administração do concelho afim de depôr sobre os actos da Cooperativa e da sua direcção.

Como se vê claramente, alterado foi pelo sr. Administrador o objectivo da sindicancia marcado pelo sr. Comissario pois enquanto este ordenava a sindicancia aos actos da direcção, aquele acrescentava aos actos da Cooperativa.

O esbôço de que o sr. Administrador do concelho ia exorbitar das funções de juiz sindicante limitadas no oficio do sr. Comissario é bem visivel e não tardou a converter-se em traços definitivos, em prova clarividente. No dia 2 de fevereiro de 1921 compareci na Administração á hora marcada no oficio do sr. Administrador perante o qual prestei o meu juramento de honra.

Estando sentado ao lado do sr. Administrador o secretario da administração, arvorado em escrivão do processo, pelo sr. Administrador me foi entregue o oficio que o sr. Comissario lhe tinha mandado, dizendo—para ler. Feita essa leitura e ás primeiras palavras do meu depoimento, fui enterrompido pelo sr. Administrador, dizendo-me, em tom imperativo, *que fizesse acusações á Cooperativa e não á sua direcção, pois esta não tinha de que a acusar.* Respondi que as declarações eram feitas por mim e que o sr. Comissario no seu oficio ouvir as acusações á direcção e não á Cooperativa e que era assim que eu procedia. Travou-se discussão, teimando sempre no mesmo ponto tanto eu como o sr. Administrador. Eu teimava pela ordem; ele pelo abuso. Desta teimosia em que era evidente o desejo do juiz sindicante de desvirtuar o objectivo da sindicancia e de me obrigar a dizer o contrario da verdade, a mentir sobre o objecto principal da sindicancia, forçando-me a perjurar, resultou o aquecimento da discussão, o seu azedume, a sua fermentação e a sua explosão ou revolta. Perante o que se passava, disse ao sr. juiz sindicante que ele *não sabia ler* e que *era grande no corpo.*

Estas frases, base da incriminação, traduziam a verdade dos factos d'aquele acto e a impressão minha e de toda a gente, medianamente inteligente, que tivesse lidado com o sr. Augusto da Cunha Leitão. Aquelas frases queriam e querem dizer que o sr. Administrador é um ignorante de craveira intelectual inferior. Foi o suficiente para que essa autoridade, em clara e extraordinaria exorbitação de funções, retorquisse que eu *era pequeno na alma e no corpo,* que *a minha pequenez d'alma era bem conhecida.* De braço estendido e de mão espalmada, sinal de atenção, abeirei-me do sr. Administrador e disse-lhe que não admitia esses insultos, autenticas injurias, ao meu caracter, pois nunca respondi por imoralidades e que sua Excelencia já tinha sido condenado no tribunal desta comarca pelo crime de furto. (Esta sentença está junta ao processo).

Lançou-me as mãos ao pescoço, donde a custo me pude salvar, caindo e ficando o sr. Administrador sobre mim. D'essa lucta de defeza minha, saí com o pescoço arranhado. E' por este caso que estou a ser julgado nesta comarca, sendo já passadas duas audiencias e não se calculando ainda o seu terminus, tal é a ordem dos serviços e como estes teem decorrido. Ontem foi a segunda audiencia que principiou ás 14 e meia horas e terminou ás 16 e 40, tendo apenas deposto a primeira testemunha de acusação, secretario da administração do concelho. E' sobre o que vou expor em continuação, que chamo a atenção de V. Ex.ª para apreciar e julgar da conduta do sr. Dr. Juiz de Direito desta comarca, que em vez de alheiar pessoas para só ver os factos, mantendo-se calmo e sereno, se tem patenteado n'uma irritabilidade e exaltação proprias de quem não é obediente á lei nem inexoravel á face da justiça. Para se fazer juizo seguro é necessario frisar que as frases, incriminadas e as pronunciadas pelo sr. Administrador alternaram-se. A primeira proferida foi *não sabia lêr;* a ultima, *era pequeno na alma e no corpo.*

* * *

O sr. Dr. Juiz abriu a primeira audiencia, não fazendo as perguntas do estilo e da lei, não fazendo a identificação do reu, mas mandando escrever, na acta, entre outras cousas, que as minhas respostas deviam ser *claras, precisas e concisas.* Foi uma surpresa para toda a gente, funcionarios e não funcionarios judiciaes, que tem assistido a julgamentos neste tribunal por este juiz e pelos antecedentes. O actual Dr. Juiz rompeu assim com a norma sua e dos seus colegas anteriores. E este sr. Juiz já preside aos tribunaes desta comarca ha mais de tres anos!

Feita a primeira pergunta, declarei que a dividia em duas partes, respondendo a uma e delegando a outra no meu advogado. A isto ripostou o sr. Dr. Juiz que eu era obrigado, se ele quizesse, a responder ás suas perguntas e, se eu não obedecesse, que me autoava por desobediencia, mas que não o fazia. Ameaçou, espesinhando a lei. Ao terminar a primeira parte da resposta de que o sr. dr. Juiz ia fazendo a redacção, declarei novamente que á outra respondia o meu advogado. Sua Excelencia não obedeceu á lei, antes insinuou, vendo todos o que querem ver, que eu delegava, porque queria fugir ás responsabilidades. Vendo-me ofendido na minha dignidade, mas, com os nervos em repouso e com a minha consciencia tranquila, perante o tribunal claramente confessei que desistia, nessa parte, da delegação, e que ia responder a todas as perguntas que quizesse formular, porque nunca fugi á responsabilidade das minhas palavras ou actos.

Confessei e cumpri. Na redacção d'esta ultima parte, o sr. dr. Juiz por mais de uma vez tentou escrever na acta cousa diferente do que eu tinha pronunciado, não o conseguindo, porém, por eu ter os ouvidos á escuta. Não contente com a deturpação, por vezes se exaltou tanto que perdeu a linha de magistrado integral, mesmo que de acusador, e outras vezes nas suas afirmações me cuspiu insultos, estabelecendo confrontos tão falhos de ciencia e verdade que em fóco expoz o seu papel de advogado de acusação.

De essencial foi o que se passou na 1.ª audiencia, adiada *sine die.* Ontem realisou-se a 2.ª que durou apenas 2 horas e tal, tempo diminuto, mas o suficiente para o sr. dr. Juiz dizer, pela sua boca e pelo seu gesto, tudo o que se passava no seu intimo e que desde a primeira hora da audiencia anterior estava assente no espirito imparcial de todos os assistentes. Como o sr. escrivão do processo tinha tirado só apontamentos do que se passou para depois reconstituir definitivamente a acta, o meu advogado, n'um requerimento para não produzir algumas testemunhas de defeza, pediu tambem, numa urbanidade perfeita, que fosse lida a acta anterior para ver se qualquer alteração involuntaria, não intuitiva, tivesse sido feita por qualquer equivoco. O sr. dr. Juiz, d'uma maneira desabrida, berrando, não consentiu nessa leitura.

E tão exaltado se mostrava que saiu da sua cadeira de magistrado, retirando-se para o seu gabinete, compartimento contiguo e aberto ao recinto destinado ás testemunhas, e barafustando sempre declarou *que o seu juizo estava feito, não o modificando fosse pelo que fosse; que deduzissem artigos de suspeição porque tinha a certeza de que o magistrado, que viesse substitui-lo, me condemnaria mais do que ele.* E' precisa, insofismavel, indestructivel a intenção prévia, a opinião antecipada do sr. Dr. Juiz sobre a sentença a dar. Antes de depôr em audiencia de julgamento a primeira testemunha de acusação, já a sentença está lavrada na cabeça do sr. Dr. Juiz!

As minhas testemunhas de defeza, as alegações oraes do meu advogado, a defeza alegada por mim no final dos debates, já não teem valor, já não causam impressão no juizo do sr. dr. Juiz, que tem de escrever a sentença no final de todas as provas! Já estou condemnado sem a prova estar terminada. Para que vale, pois, o julgamento? Melhor seria que o sr. dr. Juiz me condenasse pelo seu livre arbitrio, satisfazendo paixões, obedecendo a desejos, do que fingir-se que se procedeu a um julgamento!

E' espesinhar a lei, escarnecer dela e amarfanhar os meus direitos de cidadão portuguez, por um mero capricho individual, por um mero abuso d'autoridade! E', alem da ilegalidade, um assalto á minha parca bolsa, um obstaculo aos recursos de sustento de minha familia! E o sr. Dr. Juiz, ao ouvir a ultima palavra do depoimento da 1.ª testemunha, exaltou-se, tomou esquisito e extraordinario calor de acusação, insultando e berrando, mas—admiravel farça!—não mandando escrever essa palavra, essa frase! Porque seria? Porque era favoravel á minha defeza. Essa frase, foi suave e dita a instancias dele, Juiz, quando perguntou: *Qual seria a causa por que o sr. Administrador do Concelho consentiu que se escrevesesse no auto de sindicancia as frases da redação do declarante de então e hoje reu?* Essa frase foi esta resposta: *Porque lhe convinha.*

Caiu Troia nesta altura, mas a resposta não foi mandada escrever. Confirmou então tudo o que tinha dito no seu gabinete e que anteriormente está exposto. E' useiro e veseiro em espesinhar a lei, chegando a petulancia a ponto de confessa-lo num processo que não tinha recurso.

Justiça, sr. Ministro, Justiça é o que se quer e pede, para bem de todos nós e mórmente para dignificação do poder judicial, da Magistratura Portugueza.

Oliveira de Azemeis, 21—11—1922.

José Lopes d'Oliveira, *medico*